

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.794 - SP (2019/0141036-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : JACUMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES - MULTISTRATEGIA**  
**OUTRO NOME : FUNDO JACUMA DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPACOES**  
**AGRAVANTE : JACUMA HOLDINGS S/A**  
**ADVOGADO : JORGE HENRIQUE MATTAR - SP184114**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**  
**INTERES. : COMPANHIA BRASILEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**INTERES. : ENERGÉTICA BRASILÂNDIA LTDA**  
**INTERES. : AGRISUL AGRÍCOLA LTDA**  
**INTERES. : JOTAPAR PARTICIPAÇÕES LTDA**  
**ADVOGADO : JULIANO DI PIETRO - SP183410**  
**INTERES. : JOSE PESSOA DE QUEIROZ BISNETO**  
**INTERES. : COMPANHIA AGRÍCOLA NORTE FLUMINENSE**  
**INTERES. : SERAGRO SERGIPE INDUSTRIAL LTDA**  
**INTERES. : EMAC EMPRESA AGRÍCOLA CENTRAL LTDA**  
**INTERES. : USINAS BRASILEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA**  
**INTERES. : EVEREST AÇÚCAR E ALCOOL S/A**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**  
**INTERES. : COMPANHIA AGRÍCOLA NOVA OLINDA**  
**OUTRO NOME : USINA SANTA OLINDA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL**  
**INTERES. : SANTANA AGRO INDUSTRIAL LTDA**  
**ADVOGADOS : AYLTON CARDOSO - SP060294**  
**ELIAS MUBARAK JUNIOR - SP120415**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por JACUMA HOLDINGS S/A e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade, consonância com a jurisprudência (legitimidade passiva), consonância com a jurisprudência (quebra do sigilo) e Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: consonância com a jurisprudência (legitimidade passiva).

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha

impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente